



ARTIGO

O ROTEIRO DE LUÍS TEIXEIRA E A REPRESENTAÇÃO DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

Fabio Paiva Reis

Doutor em História pela Universidade do Minho, Portugal. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, membro do Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória, na Universidade do Minho e membro do corpo científico da Revista Onisciência, de Portugal.

Resumo

O primeiro mapa do Espírito Santo é uma obra de Luís Teixeira, um dos mais importantes cosmógrafos-mo- res de Portugal. Sua principal obra é o “Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães”, o primeiro atlas do Brasil, feito em ca.1586. Neste artigo apresen- to o contexto da cartografia ibérica em finais do século XVI e faço uma análise do mapa da Ilha de Duarte de Lemos a fim de compreender como este mapa foi feito e que mensagem ele passa aos seus leitores.

Palavras-chave: Cartografia, Espírito Santo, América portuguesa, Século XVI.

Abstract

The first map of Espírito Santo is a work of Luís Tei- xeira, one of the most important cosmographers of Portugal. His main work is the “Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães”, the first atlas of Brazil, made in ca.1586. In this article I present the context of Iberian cartography at the end of the 16th century and analyze the map of Ilha de Duarte de Lemos in order to understand how this map was made and what message it passes to its readers.

Keywords: Cartography, Espírito Santo, Portuguese America, 16th Century.

A cartografia ibérica

Para entender os primeiros mapas da Capitania do Espírito Santo, feitos entre fins do século XVI e iní- cio do XVII, é preciso entender também a situação em que Portugal estava, o significado que a Amé- rica tinha para os portugueses e também para a Espanha de então, já que esse espaço de tempo envolve o período da União Ibérica (1580-1640).

O conhecimento sobre a América, nos sécu- los pós-descobrimto, era monopolizado pelas duas Coroas e as disputas por território no Novo Mundo duraram pelo menos até o fim do século XVIII, passando por etapas importantes como os Tratados de Madrid, em 1750, o de El Pardo, em 1761, Santo Ildefonso, de 1777, e culminando no de Badajós, de 1801 (MAGNOLI, 2003, p. 3).

Nesses primeiros séculos da colonização da América, documentos gráficos se tornaram um

recurso econômico, já que declaravam posse so- bre terras distantes e abriam caminho para as ro- tas comerciais formadas no Atlântico e no Pacífico.

No século XVI, antes de partirem para o Atlântico e limitados à Europa, os portugueses utilizavam suas “cartas portulanos” para nave- gação, de onde evoluiu a cartografia moderna europeia. Essas cartas surgiram como um acom- panhamento do roteiro-portulano – textos des- critivos sobre as rotas marítimas, utilizados antes das próprias cartas, que surgiram para comple- mentá-los. As cartas e os roteiros formaram a base cartográfica de toda a costa da península ibérica antes das grandes navegações.

O nome, portulano, foi inicialmente dado às informações escritas sobre a navegação pelos marinheiros, como distâncias, configuração de

costas e outros. Aos poucos, assumiu uma forma visual e hoje dá nome também, de certo modo, às cartas náuticas feitas nas navegações pelo Mediterrâneo até o século XV. Como escreve Frank Lestringant:

(...) a dupla mapa-múndi-cosmografia é a herdei- ra da dupla homóloga e anterior constituída pela carta-portulano e pelo roteiro-portulano. Essa nova díade é envolvida globalmente sob o título de cosmografia” (LESTRINGANT, 2009, p. 187).

Até o século XV, os mapas portulanos eram suficientes para manter uma navegação entre Europa e África, mas as variações magnéticas ao redor do globo colocaram em dúvida a seguran- ça da navegação por meio da bússola, fazendo com que cosmógrafos pensassem em alternati- vas, como o uso dos astros para definir a posição de alguém, ou alguma coisa, no globo. Surgia a cartografia europeia moderna.

Na Espanha, na *Casa de Contratación*, mapas do Novo Mundo eram entregues a pilotos que partiam para suas viagens através dos oceanos. Quando voltavam, eles deveriam levar de volta esses mapas com anotações sobre erros, corre- ções e novidades (MUNDY, 1996, p. 13) encontra- dos ou descobertos. Tudo isso seria incluído no *Padrón Real*, que era um grande mapa mestre mantido pelos espanhóis, onde seria possível encontrar todas as informações que a Espanha tinha do mundo.

O conhecimento reunido em um mapa como esse era mesmo invejado pelas demais na- ções europeias. Um mapa contendo as informa- ções mais atuais sobre o mundo (e mais: sobre o império de uma nação adversária) era, sem dúvi-

da, um alvo. Não por acaso, esses mapas tendiam a continuar manuscritos e muito bem guardados.

Filipe II foi um dos maiores patronos da cartografia entre os séculos XVI e XVII. Estando à frente de dois impérios de proporções imensas, ele tinha não só as condições, mas também a necessidade de estabelecer uma maneira de administrar tudo à distância. De fato, um reino como Portugal ou Espanha no início dos Seiscentos era tão grande, que se tornava impossível controlá-los devidamente.

Barbara Mundy, autora de *The Mapping of New Spain*, escreve sobre como era impossível que um rei de um império ultramarino como o de Filipe II conseguisse viajar por todas as suas terras e administrá-las *in loco*. Para começar, os próprios reinos na Europa já eram bastan- te grandes para serem visitados constante- mente. Uma viagem da Espanha até os Países Baixos (sob o domínio espanhol no início do século XVII) demorava cerca de sete semanas através do Caminho Espanhol (MUNDY, 1996, p. 5)¹. Esse era um trajeto que reis e rainhas eram capazes de fazer (e ainda faziam nesse período) de vez em quando. Mas a chegada da América tornou as visitas a todo o império im- possíveis. Uma viagem da Península Ibérica ao Novo Mundo demorava cerca de três meses. Além disso, suas colônias no ultramar eram dezenas de vezes maiores que os próprios rei-

¹ O Caminho Espanhol era uma rota criada pelos espa- nhóis e utilizada entre fins do século XVI e início do XVII para comércio e movimentação de seus exércitos como alternativa ao transporte marítimo para certas regiões da Europa. A principal rota saía da Espanha indo até Milão, de onde seguia para o norte até Bruxelas. Sobre o assunto, ver PARKER, 2004.

nos. Assim, nenhum governante europeu ariscou navegar para as colônias ultramarinas, pelo menos não até 1807². Assim,

Da mesma forma que Filipe dava como presente cópias do seu retrato, para que seus súditos e parentes tivessem pelo menos uma imagem de seu rei isolado, o próprio Filipe comissionou mapas para ter uma imagem de seus reinos inalcançáveis. Seus avós itinerantes viram e foram vistos. O sedentário Filipe recebeu e enviou imagens ao invés disso: assim como o retrato substituiu a própria presença do Rei, também o mapa substituiu sua visão³.

Os mapas então passaram a ocupar adequadamente o espaço que havia entre coroa e súditos. A cartografia se tornou os olhos dos governantes e das cortes nos domínios distantes. Através desses olhos era possível compreender posses distantes e decisões poderiam ser tomadas sem qualquer ligação afetiva com os súditos.

Carla Lois e João Garcia consideram que os mapas ibéricos, concebidos pelos Armazéns da Guiné e Índia (Portugal) e pela *Casa da Contratación* (Espanha), moldaram-se com objetivos bas-

tante semelhantes e com diretrizes que tiveram uma mesma origem. Por isso, pertencem a uma família: seja do ponto de vista da produção institucional, seja das concepções que deram origem a essa produção (LOIS & GARCIA, 2009, p. 30).

Foram esses mapas que deram forma não só à América, mas também ao Atlântico Sul. Isso só foi possível graças às grandes famílias de cosmógrafos como Reinel, Homem, e Teixeira – essa última bastante produtiva quanto aos mapas do Brasil – que moldaram, desde os Quatrocentos, essa cartografia portuguesa.

No período filipino, a costa leste da América foi mapeada e, ao fim do século XVII, todo o litoral estava cartografado nos atlas dos Teixeira. Aos poucos, a cartografia ibérica passou a mostrar a importância que o Atlântico assumiu na política e economia europeias. Antes das demais nações, portugueses e espanhóis transferiram grande parte de seu interesse das políticas europeias para uma visão globalizada do mundo.

É de fato para o Atlântico e para o Brasil que se dirigem, de forma prioritária, as atenções da política portuguesa neste período (MONTEIRO, 2001, p. 209-210).

O Brasil aos poucos passou a ocupar um espaço de maior importância na política portuguesa. Sua relevância para o império português se tornou tão grande que durante as crises europeias dos Seiscentos, e inclusive ao fim da União Ibérica, existiram planos bastante estruturados defendendo que o rei poderia abandonar Portugal e se estabelecer definitivamente no Brasil. A historiadora Maria do Rosário Barata explica que esse plano

teve o pleno sentido da defesa da soberania, correspondeu a uma opção responsável preparada com anterioridade e prova, uma vez mais, a importância que o reino de Portugal atribuiu à dimensão marítima do seu viver coletivo (BARATA, 2001, p. 199).

Portugal definia como sua prioridade no século XVII a “defesa de suas rotas e a definição e proteção de suas fronteiras” (MONTEIRO, 2001, p. 212). Foi obrigado a lutar para reconquistar as regiões que perdera no Brasil, ocupadas por holandeses no Recife e também em São Luís, e assegurar o comércio contra ataques corsários a partir da

organização dos ‘combóios’ de acompanhamento às frotas mercantes, da discussão das vantagens e inconvenientes das companhias de comércio (BARATA, 2001, p. 191).

Essas e outras preocupações do século XVII, que centraram a atenção de Portugal no Brasil, fizeram com que Barata intitulasse a questão de “atlantização das atenções”. E um elemento capaz de demonstrar o crescimento dessa importância é que Portugal comissionou ainda no final do século XVI o roteiro de Luís Teixeira, que foi o primeiro trabalho cartográfico a representar o território do Brasil em detalhes, contanto com uma dúzia de cartas regionais.

O interesse de Portugal em ter o Brasil organizado em um atlas pela primeira vez nos oferece também um olhar sobre os pontos mais importantes da costa leste de então. A lista dos mapas de Teixeira é uma lista de vilas e portos que mereciam destaque pelo seu desenvolvimento e por

sua relevância no mundo colonial português.

Nessa lista, é claro, está a Capitania do Espírito Santo, o mapa mais antigo que há dessa região.

O mapa de Luís Teixeira

Luís Teixeira foi um dos poucos cosmógrafos portugueses que de fato percorreu e reconheceu a costa do Brasil, na década de 1570. Como escrevem Maria Helena Dias e Maria Fernanda Alegria, Luís Teixeira e seus filhos Pedro e João Teixeira, além do neto homônimo deste último, são alguns dos principais nomes da família Teixeira, uma das mais importantes para a cartografia de Portugal entre o século XVI e o XVII (DIAS & ALEGRIA, 1994, p. 57-58).

Os cosmógrafos⁴ tinham a função de fazer não só as cartas, mas também instrumentos de navegação para serem usados nas embarcações portuguesas. E essas funções a família Teixeira exerceu por cerca de cinco gerações em Portugal e na Espanha afirmam Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (1987). Luís Teixeira, tendo atuado por mais de 50 anos, foi o fundador de uma nova escola da cartografia portuguesa em

2 Ano em que a corte portuguesa deixou a Península Ibérica e viajou para o Brasil, onde se estabeleceu por alguns anos.

3 “In the same way that Philip gave as gifts copies of his portrait, so that his subjects and relatives would at least have an image of this cloistered king, Philip himself commissioned maps so as to have an image of his unreachable realms. His peripatetic great-grandparents had seen and had been seen; the sedentary Philip received and sent out images instead: just as the portrait stood in for the King’s own presence, so the map substituted for his own vision”. (MUNDY, 1996, p. 9).

4 Hoje se utiliza principalmente o termo “cartógrafos”, assim como “cartografia”. Entretanto, como o termo foi cunhado no século XX, preferi utilizar “cosmógrafo” e, quando pertinente, “cosmografia”, comuns no século XVII. Sobre a invenção da palavra “cartografia”, sabe-se exatamente o momento em que foi inventada pelo 2º Visconde de Santarém: “cartographia: invento esta palavra já que ahi se tem inventado tantas” – ele escreveu em uma carta a Francisco Adolfo de Varnhagen, importante investigador e diplomata brasileiro, em 8 de dezembro de 1839 (OLIVEIRA, F. R. d., 2006, p. 150).

seu período, tendo desenvolvido um estilo próprio que, posteriormente, foi copiado por seus descendentes. Ele foi aprendiz de Pedro Nunes, também famoso cosmógrafo português, pelo qual foi examinado, junto com Pedro Reinel, para o cargo de cosmógrafo da coroa. Além disso, enquanto atuou, manteve correspondência com importantes nomes da cartografia mundial, como Abraham Ortelius (BAESJOU, 2005).

Luís Teixeira esteve no Brasil entre os anos de 1573 e 1578, acompanhado o Governador Luis de Brito d'Almeida ao Novo Mundo. Teixeira teria sido mandando “ver, & emendar a costa do Brasil” (CORTESÃO, 1935, p. 272). Seu objetivo era atualizar as informações que se tinha em Portugal e produzir novo material, na forma do *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães* em cerca de 1586. Segue a lista de suas 13 cartas:

A lista completa das cartas presentes na obra é:

1. Vila de Olinda
2. Cabo de Santo Agostinho
3. Bahia de todos os Santos
4. Ilhéus e Vila de São Jorge
5. Rio Grande, Vila de Santo Amaro e Vila de Porto Seguro
6. Vila do Espírito Santo
7. Cabo Frio
8. Rio de Janeiro
9. Pão de Açúcar ao Monte de Trigo
10. Sam Vicente
11. Rio da Prata
12. Estreito de Magalhães
13. América do Sul, com a Linha da Demarcação.



Figura1: [Ilha de Duarte de Lemos], de Luis Teixeira, ca. 1586. Fonte: *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

É inevitável afirmar que Luís Teixeira é um ponto chave na história da cartografia portuguesa, servindo como elo entre os grandes nomes do passado, como Pedro Nunes e Pedro Reinel, e seus descendentes, como João e Pedro Teixeira, seus filhos, que fizeram uma quantidade imensa de cartas do Brasil.

O *Roteiro de todos os sinaes* (...) possui uma carta geral acompanhada de mais doze, que retratam portos e vilas importantes do litoral – apenas uma pequena parte do Brasil. No século XVII o território cartografado da colônia aumentou consideravelmente, especialmente na costa,



Figura2: Detalhe de [Ilha de Duarte de Lemos], de Luis Teixeira, ca. 1586. Fonte: *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

graças ao trabalho de seus descendentes ainda durante a União Ibérica.

A carta da Capitania do Espírito Santo pode ser vista acima.

Os mapas do Roteiro são acompanhados por um texto descritivo da costa do Brasil. Na folha 12, acima do mapa da Capitania do Espírito Santo, é possível ler:

E destas tres Ylhas / ao Spiritu Santo ha doze legoas / e vindo ao norte. Veras outro Ylho / soo e himei ao mar delle e logo se me descobrirá a boca da bahia / a qual está em 20 graos de altu-

ra e por elles entrarei pera dentro vendo ylhas e sinaes que abaixo se me mostrão/.

O que Teixeira nos oferece é realmente um roteiro de navegação, complementado por suas cartas. A chegada ao Espírito Santo, para ele, é marcada por um ilhéu (o “Ilhéoescaluado”), próximo do qual está a entrada da baía onde estão as vilas da capitania. Ele escreve ainda a altura da baía em latitudes, deixando os detalhes da região para apresentar no mapa.

Os topônimos que aparecem no mapa são da esquerda para a direita:

1. Terra que vay pera o cabo frio
2. Ilhéoescaluado
3. Monte de João moreno
4. Vilha velha de nossa Senhora da vitória
5. Penedo grande
6. Ilheo da veuuu
7. Aqui nãoha fundo
8. Rossas velhas
9. Ilha: de dom lorge
10. deanavãz
11. Villa do Spiritu Santo
12. Ponta do tubarão
13. Serra de mestre aluaro
14. Ilha de valentimnunēZ
15. Ilha de Duarte de lemos
16. Rio das barreiras.

A área demonstrada vai do Monte de João Moreno (hoje apenas Morro do Moreno) e o rio das Barreiras. Entre as ilhas e sinais que o cosmógrafo mostra é possível identificar claramente as principais ilhotas ao redor da Ilha de Duarte de Lemos, onde foi instalada a Vila de Vitória, sede da capitania.

Para Pero de Magalhães Gândavo, Vitória se encontrava a 50 léguas de distância de Porto Seguro, de acordo com seu *Tratado do Brasil* (GÂNDAVO, 1570, p.7), ou 60 léguas, de acordo com sua *História da Província de Santa Cruz* (GÂNDAVO, 1575, p.11) e a 20 graus de latitude – esta informação repetida por Luís Teixeira.

A vila podia ter até 180 vizinhos. Comparada a Pernambuco, que o autor declara ter mil vizinhos, ou a Baía de Todos os Santos, com mil e cem, o Espírito Santo é simplesmente pequeno. De fato, apenas Itamaracá (com 100 vizinhos) e o Rio de Janeiro (com 140 vizinhos) eram então

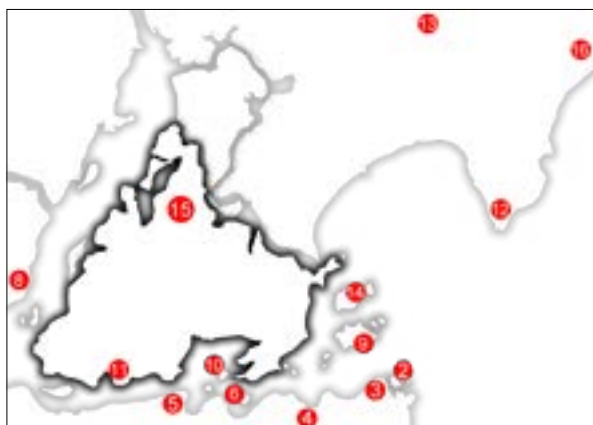


Figura 3: Posicionamento dos topônimos utilizados por Luís Teixeira em mapa adaptado da ilha de Vitória e seus arredores.

menores⁵.

O número de índios aldeados era consideravelmente maior. Fernão Cardim escreve que nas duas aldeias mais próximas da capitania, que seriam a de Nossa Senhora da Conceição (onde hoje está a cidade da Serra) e a de São João (hoje Carapina) viviam cerca de três mil almas cristãs, enquanto em Vitória havia “mais de 150 vizinhos”. As demais aldeias, espalhadas pela costa, somavam duas mil almas. São elas: aldeia de Nossa Senhora da Assunção (posteriormente Reritiba, Benevente e, hoje, Anchieta) e aldeia de Reis Magos (Nova Almeida) (Leal apud OLIVEIRA, J. T. d., 2008, p. 515).

Um elemento muito presente que compõe a paisagem da Capitania do Espírito Santo são os montes e serras, que representam as serras continentais que se aproximam do litoral brasileiro nessa região. Na entrada da baía de Vitória, à esquerda (próximo à Vila Velha), está o Morro do

⁵ O autor cita ainda Ilhéus, com 200 vizinhos, Porto Seguro com 220, e São Vicente com 500 (GÂNDAVO, 1570).

Moreno, e mais para dentro, na altura da Vila de Vitória, o Penedo (“Penedo Grãde”). O único dos morros aqui presentes com alguma construção, até hoje, é o que recebeu a então ermida da Penha, hoje Convento de Nossa Senhora da Penha, cuja construção começou depois de 1558. Teixeira, entretanto, não a representou no mapa.

Os demais morros nunca foram devidamente ocupados, apesar de terem sido utilizados para vigia ou como referência para os navegantes que ali chegaram, uma marca de reconhecimento da capitania, já que suas vilas ficavam afastadas do mar, acessíveis apenas para quem entrasse pelo rio.

No mapa de Luís Teixeira, para o sul fica a indicação do caminho para a Capitania de Cabo Frio. Neste ponto ele ignora a existência da Capitania de São Tomé (também chamada de Paraíba do Sul). Até então localizada entre o Espírito Santo e o Cabo Frio, São Tomé foi abandonada pelo donatário Pero de Góis em seus primeiros anos devido às dificuldades de colonização, pois naquela região habitavam os “invencíveis” Goitacazes⁶.

Voltando os olhos para a ilha de Duarte de Lemos, há quatro torres desenhadas, encimadas por cruces, ao redor de mais uma torre e outra construção não identificável. Fora da ilha, há mais duas construções.

Duarte de Lemos, um fidalgo português, acompanhava Vasco Fernandes Coutinho quando esse desembarcou no Brasil para assumir sua

⁶ Invencíveis Goitacazes “porque vivem em terras alagadiças mais a modo de homens marinhos que terrestres e, quando se ha de chegar ás mãos com elles, mettem-se dentro das águas, aonde se não pôde entrar nem a pé, nem a cavalo” (SALVADOR, 1627, p. 622).

donataria, em 1535. Pouco tempo depois, recebeu a ilha como recompensa pelos serviços prestados contra os nativos que muitas vezes dificultavam a colonização portuguesa. Porém, após anos de desavenças entre os dois, Lemos mudou-se para a Bahia em 1550. No mesmo ano, ao que tudo indica, Coutinho fundou a Vila de Vitória na mesma ilha, que voltou a ser administrada pelo donatário e, por isso, deixou de ser uma sesmaria de Duarte de Lemos décadas antes do mapa de Luís Teixeira.

Quanto às duas vilas destacadas no mapa, o autor faz alguma confusão entre seus nomes. Ele chama de “Vilha Velha de nossa Senhora da vitória” a que está na parte continental à esquerda, e de “Villa do Spiritu Santo” aquela que está no centro da ilha de Duarte de Lemos, na parte central superior. Não há dúvidas quanto ao erro: a vila instalada na ilha tinha o nome de “Nossa Senhora da Vitória”, enquanto a continental teve como primeiro nome “Espírito Santo”, como a capitania, passando a se chamar mais tarde de “Vila Velha”.

O erro parece ser o mesmo cometido por Gabriel Soares de Sousa, autor do *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587. Ele escreve que o primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, “partiu do porto de Lisboa com bom tempo, e fez sua viagem para o Brasil”. Ao chegar à sua capitania,

desembarcou e povoou a vila de Nossa Senhora da Vitória, a que agora chamam a Vila Velha, onde se logo fortificou, a qual em breve tempo se fez uma nobre vila para aquelas partes (SOUSA, 1587/1851, pp. 91-93).

O mesmo erro dos nomes das vilas se repete, décadas depois, em Frei Vicente de Salvador, que sem dúvidas buscou informações no texto anterior:

onde logo a entrada do rio, da banda do Sul, começou a edificar a villa da Victoria, que agora se chama a villa velha em respeito da outra villa do Espírito Santo que depois se edificou uma légua mais dentro do rio, em a ilha de Duarte de Lemos, por temor do gentio (SALVADOR, 1627, p. 94).

O artigo *Vila da Vitória: Posse e Defesa Territorial no Brasil Colônia*, de Luciene Pessotti de Souza, começa com a ideia de que desde as primeiras fundações na América Portuguesa o objetivo foi “garantir a posse através da criação de uma rede de vilas e cidades estrategicamente implantadas na costa” (SOUZA, 2006, p. 1), mesmo que isso nem sempre tenha dado certo. Ainda segundo a autora, uma das formas escolhidas pela coroa Portuguesa para a fundação de vilas no Brasil estava ligada à “predominância de sítios localizados na confluência de baías e percursos de água de fácil penetração” (SOUZA, 2006, p. 2). As posições estratégicas, no litoral, teriam garantido a sobrevivência das vilas devido à facilidade de contato com outros lugares.

Preocupações como defesas, exploração local e garantia de posse, fizeram com que algumas sedes de capitania, como a do Espírito Santo, fossem alteradas com o passar da colonização. Em uma posição mais estratégica, a Vila da Vitória substituiu a Vila do Espírito Santo como cabeça da capitania – por estar situada mais adiante no canal da baía local e isolada em uma ilha, portanto, mais protegida de possíveis ataques.

Durante a maior parte do século XVII, o Espírito Santo teve apenas essas duas vilas. Apenas no último quartel do século é que Francisco

Gil de Araújo fundou a vila de Guarapari, a partir da aldeia e povoação que ali existia.

Cortesão e Teixeira da Mota afirmam que Luís Teixeira teria feito o seu *Roteiro de todos os sinaes* (...) a partir de um protótipo, um rascunho hoje perdido. Os autores demonstram em sua *Portugalia e Monumenta Cartographica* (1987, p. 74) que Luís Teixeira esteve na América na década de 1570, mas não há confirmação de que tenha obtido pessoalmente as informações de todo o litoral da colônia, principalmente em relação a esta região.

A princípio, é possível comparar o formato da ilha de Vitória em seu mapa com seu formato real antes dos aterros realizados no século XX.

Analisando as diferenças na Figura 4, é possível afirmar que Luís Teixeira provavelmente não esteve pessoalmente no Espírito Santo e não tinha informações precisas sobre a ilha e seu formato, tendo realizado um trabalho imaginativo ao pintá-la. Por outro lado, as dimensões do mapa e sua escala certamente dificultaram a realização de um mapa mais preciso⁷.

Independente disso, considero bastante provável que seu roteiro tenha servido de fonte para outros importantes trabalhos do período. Há uma grande semelhança entre as informações que vemos no mapa da Capitania do Espírito Santo e o que Gabriel Soares de Sousa escreveu no *Tratado Descritivo do Brasil*. Essa se-

7 Tendo 10,30cm de altura por 16,50cm de largura e uma escala aproximada de 1:225000, o mapa de Luís Teixeira é consideravelmente menor, por exemplo, que um mapa pouco posterior de autoria desconhecida da ilha de Vitória, ca.1608-1612, cujas dimensões são 55cmx82cm e escala é ca. 1:25000.



Figura 4: Formato real da ilha de Vitória em comparação com o mapa de Luís Teixeira.



melhança é grande o suficiente para que seja afirmado aqui que o mapa foi usado como base para que Sousa produzisse o seu texto, publicado em 1587 – pelo menos um ano depois da sugerida data do roteiro de Teixeira.

Reproduzo abaixo parte do texto de Gabriel Soares, em que ele escreve sobre as proximidades da Ilha de Vitória e recomendo ao leitor que observe o mapa de Teixeira enquanto lê:

Da terra dos Reis Magos ao rio das Barreiras são oito léguas, do qual se faz pouca conta: do rio das Barreiras à ponta do Tubarão são quatro léguas, sobre o qual está a serra do Mestre Álvaro; da ponta do Tubarão à ponta do morro de João Moreno são duas léguas, onde está a vila de Nossa Senhora da Vitória; entre uma ponta e outra está o rio do Espírito Santo, o qual tem defronte da barra meia légua ao mar uma lagoa, de que se não de guardar. Em direito desta ponta da banda do norte, duas léguas pela ter-

ra adentro, está a serra do Mestre Álvaro, que é grande e redonda, a qual está afastada das outras serras; essa serra aparece, a quem vem do mar em fora muito longe, que é por onde se conhece a barra; essa barra faz uma enseada grande, a qual tem umas ilhas dentro, e entra-se nordeste-sudoeste. A primeira ilha, que está nesta barra, se chama de D. Jorge, e mais para dentro está outra, que se diz de Valentim Nunes. Desta ilha para a Vila Velha estão quatro penedos grandes descobertos; e mais para cima está a ilha de Ana Vaz; mais avante está o ilhéu da Viúva; e no cabo desta baía fica a ilha de Duarte de Lemos, onde está assentada a vila do Espírito Santo, a qual se edificou no tempo da guerra pelos goitacases, que apertaram muito com os povoadores da Vila Velha. Defronte da vila do Espírito Santo, da banda da Vila Velha, está um penedo mui alto a pique sobre o rio, ao pé do qual se não acha fundo; é capaz este penedo para se edificar sobre ele uma fortaleza, o

que se pode fazer com pouca despesa, da qual se pode defender este rio ao poder do mundo todo. Este rio do Espírito Santo está em altura de vinte graus e um terço (SOUSA, 1587/1851, p. 91).

Percebe-se, portanto, a grande semelhança de informações. O texto de Gabriel Soares apresenta dados absolutamente iguais aos do mapa de Luís Teixeira, como se estivesse a descrevê-lo. Outros autores também defendem a existência dessa semelhança, mas não parecem ter encontrado tamanha proximidade entre as duas fontes (CINTRA, 2015). É interessante notar que Gabriel Soares, ao transformar o mapa em texto, inverteu o processo mais comum realizado no período, que era o dos cosmógrafos reunirem textos descritivos sobre uma região e transformarem as informações em imagem, em mapas.

Para Gabriel Soares de Sousa, entre o rio Doce e o suposto rio do Espírito Santo, não há coisa alguma. Há apenas possibilidades de engenhos, de alimentos, de rios navegáveis. Não é à toa que Luís Teixeira inicia seu mapa no rio das Barreiras (provavelmente hoje o rio Jacaraípe, que se forma por diversos afluentes que descem da serra do Mestre Álvaro). Esse é o primeiro topônimo citado por Soares de Sousa ao norte da Ponta de Tubarão, já nas proximidades das vilas.

Destaque na cartografia e ainda hoje um marco da paisagem do Espírito Santo, o Mestre Álvaro é o ponto mais alto próximo ao litoral e servia como ponto de referência para os navegantes que passavam pelo litoral da capitania. Johannes de Laet, geógrafo e diretor da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, escreve que a armada holandesa que se aproximou do Espírito Santo em 1636 identificou a entrada para a vila

de Vitória exatamente por reconhecer esta serra à distância (BIBLIOTECA NACIONAL, 1912, p. 82).

A importância do Mestre Álvaro para os navegantes aparece de forma clara no *Roteiro Geral Dos Mares, Costas, Ilhas, E Baixos Reconhecidos no Globo*, um estudo de 1846 que reuniu informações de diversos roteiros e diários de navegação:

Esta Bahia se reconhece ao longe por outros signaes bem distinctos, que são duas montanhas, huma situada sobre a Ponta S. da Bahia denominada Monte Moreno, e outra da parte do N. denominada Serra do Mestre Alvaro, ou Mestralvo; o Monte Moreno heconico, em parte coberto de matto, e calvo pela parte de E., e que poderá ser visto na distancia de 10 legoas com bom tempo; sua base para a parte do N. fórma a Costa S. da Entrada do Rio Espirito Santo, que he preciso costear de perto para entrar (ALMEIDA, 1846, p. 31).

Fica claro, portanto, que o Mestre Álvaro é descrito de maneira precisa e distinta porque ele é utilizado, mesmo, como um marco de reconhecimento do litoral do Espírito Santo, utilizado não só por portugueses, mas por outras nações europeias.

Os topônimos que aparecem no roteiro de Antônio Lopes da Costa Almeida são praticamente os mesmos que vemos no mapa de Teixeira, o que nos leva a entender que mesmo três séculos depois de feito, o roteiro de Luis Teixeira continuava relevante em relação à descrição da costa do Espírito Santo. As exceções são as Roças Velhas (“rossasbelhas”) e a Ilha Escalvada (“Ilheoescaluado”) que aparecem no mapa, mas não no roteiro de Almeida. O primeiro topôni-

mo representa uma região que foi ocupada pela Companhia de Jesus, que ali fez uma fazenda, e também por engenhos. Devido à dificuldade de instalar ambas as coisas na ilha de Vitória, era comum que fazendas e engenhos ficassem no continente, mas sempre nas proximidades da sede da capitania. Ao seu redor, escreve o Soares de Sousa, havia quatro engenhos desde o início da colonização. O rio das Roças Velhas era um braço do manguezal da ilha e foi utilizado pelos jesuítas para escoar sua produção para o Colégio de Santiago, iniciado em 1551 em Vitória. Já a Ilha Escalvada é uma ilha que se encontra em frente ao Monte de João Moreno e hoje é chamada de Ilha da Baleia.

Quase todas as demais ilhas do mapa recebem nomes de personagens que acompanharam Vasco Fernandes Coutinho em sua primeira viagem. Soares de Sousa escreve que D. Jorge de Menezes (cuja ilha hoje é chamada Ilha do Boi) veio ao Espírito Santo cumprir penitência junto com um D. Simão de Castelo Branco. Ambos da nobreza portuguesa, eles substituíram Coutinho quando este precisou ir a Portugal e teriam sido mortos nos ataques indígenas que destruíram boa parte da Vila do Espírito Santo.

Valentim Nunes foi mais um a receber uma ilha como doação (hoje chamada Ilha do Frade). José Teixeira de Oliveira escreve sobre a doação, mas deixa em dúvida a data, supondo que fosse posterior a 1576, ano em que Nunes atuava como almoxarife (OLIVEIRA, J. T. d., 2008, p. 39).

Ana Vaz de Almada, que dá nome a outra das ilhas, foi amante do primeiro donatário, cuja esposa não o acompanhou ao Brasil. Foi ela a mãe de Vasco Fernandes Coutinho Filho (OLIVEIRA, J. T. d., 2008, p. 31), filho bastardo que foi

legitimado, tornando-se o herdeiro da capitania. Não se reconhece hoje sua ilha, que pode ter sido incorporada a Vitória durante os processos de aterramento do século XX.

Todas essas ilhas foram dadas como sesmarias nos primeiros anos de colonização. As sesmarias eram um sistema de distribuição de terras do império português, criadas para incentivar a produção – caso um sesmeiro não produzisse na terra recebida, ela poderia ser doada a outra pessoa.

A concessão de sesmarias é considerada a mais importante das atribuições dos donatários. Vasco Coutinho tinha em suas mãos um dos principais elementos de poder e influência de toda a América portuguesa. Segundo Antônio Manoel Hespanha, elas eram a “a forma mais tradicional, contínua e decisiva de concessão de terras no Brasil” (HESPANHA, 2001, p. 132).

De fato, o primeiro e o décimo itens da Carta de Foral da Capitania do Espírito Santo são voltados para a regulamentação da doação de sesmarias. No décimo item está escrito que

o dito Capitão, e Governador, nem os que após ele vierem não poderão tomar terra alguma de sesmaria na dita Capitania para si nem para sua mulher, nem para o filho herdeiro dela, antes darão, e poderão dar, e repartir todas as ditas terras de Sesmaria a quaisquer pessoas de qualquer qualidade, e condição, que seja, e lhes bem parecer livremente sem foro, nem direito algum somente o Dízimo de Deus, que serão obrigados de pagar à Ordem de todo o que nas ditas terras houverem segundo é declarado no foral, e pela mesma maneira as poderão dar, e repartir em seus filhos fora do morgado, e assim por

seus parentes; e porém aos ditos seus filhos, e parentes não poderão dar mais terra da que derem, ou tiverem dada a qualquer outra pessoa estranha, e as ditas terras, que assim der de Sesmaria a uns, e a outros será conforme a Ordenação das Sesmarias, e com a obrigação delas, as quais terras o dito Capitão, e Governador e seus Sucessores não poderão em tempo algum tomar para si, nem para sua mulher, nem filho herdeiro como dito é, nem pô-las em outrem para depois virem a eles por modo algum, que seja, somente as poderão haver por título de compra verdadeira das pessoas, que lhas quiserem vender passados oito anos depois de as tais terras serem aproveitadas, e em outra maneira não (BIBLIOTECA NACIONAL, 1937, pp. 277-284).

Também o *Registro da mercê de doação que Sua Alteza se serviu fazer a Francisco Gil de Araújo da Capitania do Espírito Santo, vendida por Antônio Luís Gonçalves de Câmara Coutinho em 1674*, aponta que as sesmarias poderiam ser oferecidas a “quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1948, p. 170), dadas as restrições citadas acima: o donatário não poderia doar sesmarias para ele mesmo, nem para sua mulher ou seu filho herdeiro. Elas eram, portanto, um instrumento que permite aos donatários estabelecer uma elite colonial nos primeiros anos do Brasil, ao mesmo tempo em que colonizava e valorizava a terra⁸.

⁸ Como escreve Miguel Rodrigues, “Temos assim a atribuição de terras em sesmaria em quantidades apreciáveis a constituir um dos mais importantes pontos de partida para a criação de uma elite terratenente que se reivindica de origem nobre e que logo que o seu estado permite procura e consegue obter seja título nobiliárquico reconheci-

As sesmarias eram normalmente oferecidas a um morador,

para elle e seos filhos herdeiros e successores que por elle vierem, livremente sem que d'ellas pague fôro, tributo, pensão alguma, salvo o Dizimo ao Senhor Deos.

E assim eles trabalhariam para que

arompesse, fortificasse dentro no tempo contheudo na ordenação e Regimento de Sua Alteza, sabendo por certo não a cumprindo elle assim os daria elle dito Senhor a quem aproveitasse.

De modo a

estarem as terras aproveitadas que devolto para ennobrecimento e luzimento da terra (Livro Tombo da Vila de Nova Almeida, 1945, pp. 44-45).

do pelo rei, seja brasão de armas, seja qualquer outro sinal distintivo da sua qualidade. De uma ou de outra forma, constituirão a parte mais significativa dos grandes locais, da gente da governança”. Ele continua: “Mas a colonização não se esgota na elite terratenente, antes obrigando à captação de outras camadas sociais capazes de fornecer mão de obra (...). No Brasil, onde a mão de obra para a cultura sacarina é composta essencialmente por escravos, foi pois necessário atrair homens livres de menor condição para o desempenho de toda uma série de funções socialmente indispensáveis ao domínio da elite terratenente e que, por definição, não podiam ser confiadas a escravos. E assim regressamos ao ponto de origem: a dada de terras em sesmaria não obedece a um único padrão, nem quanto à quantidade nem quanto aos encargos, antes cumprindo uma multiplicidade de funções que só podem agrupar-se na designação genérica de colonização ou valorização da terra” (RODRIGUES, 2008, pp. 7-8).

Essa era a fonte de um poder bastante persuasivo dos donatários, já que consistia na transferência real da posse das terras para o sesmeiro. É um controle considerável que o donatário tem sobre o fortalecimento político, econômico e social de qualquer pessoa vivendo na capitania. Ser um dono de terra significa ter um lugar para plantar cana, café, algodão ou outros produtos da época, e um lugar para colher isso e ter sua própria renda. Era também uma forma de ocupar mais a terra, controlando o espaço e defendendo-o quando necessário.

Como escrevem os autores do artigo *Território e territorialidade no império das redes: o Espírito Santo nos séculos XVI e XVII*,

Ao longo do período colonial, é possível compreender a dinâmica territorial dos diversos núcleos iniciais de colonização. No caso em questão, apresentamos a capitania do Espírito Santo constituída por redes de aliança e parentesco que colaboraram para forjar o território e sua territorialidade, nas duas primeiras centúrias de colonização portuguesa na América (RIBEIRO, FOLLADOR, & QUINTÃO, 2013, p. 52).

Essas relações criavam condições para a formação de uma elite econômica colonial. As sesmarias eram uma forma de ascender a essa elite colonial, e era por meio da terra que um português se estabelecia socialmente.

Não é possível distinguir o Colégio de Santiago no mapa de Luís Teixeira, mas a Companhia de Jesus também recebeu uma importante sesmaria após chegarem ao Espírito Santo, em 1551. Instalaram seu colégio em Vitória e, aparentemente, foram muito bem recebidos pelo donatário.

O jesuíta Fernão Cardim não só enaltece Vasco Fernandes Coutinho (“que fez as maravilhas em Malaca detendo o elefante que trazia a espada, na tromba”) como também seu filho, ao relatar que ele disse a um padre visitante que “pedisse tudo quanto quizesse em favor dos índios, que elle o approvaria logo” (CARDIM, 1858/1925, p. 342). Tais favorecimentos à ordem jesuítica eram comuns, e dificilmente eram esquecidos. As alianças da Companhia foram muito duradouras no Espírito Santo colonial, e o cronista narra diversos privilégios e benfeitorias que presenciou da parte dos governadores e oficiais da terra para com ele e demais padres.

Pero de Magalhães Gândavo, em seus textos sobre a América portuguesa, manteve o seu foco em assuntos diferentes de Gabriel Soares de Sousa: enquanto escreveu poucas linhas descrevendo as capitanias, passou diversos parágrafos a narrar sobre o que era natural da colônia. Como aponta Raminelli em *Viagens Ultramarinas*, os primeiros vassallos do Rei a percorrer o litoral da nova colônia enviaram para a corte escritos sobre

a surpreendente fertilidade do solo, indicavam a existência de minas, mapeavam os rios navegáveis, descreviam os habitantes, as plantas e os animais (2008, p. 19).

Assim, o cronista bracarense afirma que o Espírito Santo produz o melhor açúcar da colônia, apesar de ter, segundo ele, apenas um engenho em 1570. Descreve um grande rio na entrada das vilas, onde haveria muitos peixes-boi, e grandes peixes, enquanto em terra havia abundância de mantimentos naturais e em fazendas. Também Fernão Cardim coloca a capitania, próximo

a 1590 como rica em gado e algodão, agora com seis engenhos e muito cedro e bálsamo, dos quais se faziam remédios. Tanta abundância faria desta capitania a mais fértil de toda a costa – pelo menos em 1570⁹.

A única referência a engenhos ou a fazendas no mapa de Luís Teixeira, entretanto, está nas Roças Velhas. Da mesma forma, há poucas informações no mapa relacionadas a outros assuntos, como as já comentadas flora e fauna da região e até mesmo a presença indígena, a situação econômica da capitania entre outros pontos.

Isso não diminui de forma alguma a importância do mapa de Luís Teixeira, que foi capaz de compilar, em uma única imagem, importantes informações de uma das regiões mais importantes da América portuguesa nos primeiros anos da colonização.

Considerações

Durante a maior parte do século XVI, o Espírito Santo não teve uma representação própria, um mapa regional dedicado apenas a ele. O primeiro mapa, da ilha de Vitória, foi feito apenas ca. 1586 pelo cosmógrafo português Luís Teixeira.

Teixeira foi pioneiro ao colocar aquilo que se encontrava nos relatos sobre a região em um

mapa, dando aos portugueses na metrópole a oportunidade de visualizar o território do Espírito Santo à distância, já que seu mapa, feito durante o período da União Ibérica, correspondeu à necessidade dos Filipes de controlar o império ultramarino. Graças ao forte interesse de Filipe II por cartografia, foi em seu reinado que os mapas assumiram sua importância e força como fonte de poder e controle.

Para criar os primeiros mapas regionais do Brasil, Teixeira baseou-se fortemente na literatura da época e apresentou uma série de topônimos que serviriam como base, assim como o próprio desenho da capitania, para toda a cartografia do século seguinte. Seu mapa é também um dos poucos a mostrar como o território colonizado do Espírito Santo se dividiu em sesmarias – principalmente na forma de ilhas próximas à Vitória.

O roteiro do Brasil mais antigo a chegar até nós é um trabalho magnífico e exemplo da capacidade portuguesa de mapear seu império desde fins do século XVI. Ele serviu como fonte para os atlas do Brasil de todo o século seguinte, feitos por seus descendentes João Teixeira Albernaz, o Velho, e o Moço. Foram eles que aumentaram o território cartografado da capitania, que passou do pequeno espaço da baía de Vitória e arredores para numerosos mapas exibindo um território que hoje vai da região sul da Bahia até o norte do Rio de Janeiro – fazendo com que todo o litoral capixaba fosse mapeado já em meados do século XVII.

⁹ Praticamente a mesma informação aparece nos Diálogos das Grandezas do Brasil, onde o autor escreve que o Espírito Santo “contém em si alguns engenhos de fazer açúcares; é terra larga e abundante de mantimentos, de muito bálsamo, de que seus moradores se aproveitam, lavrando com êle contas e outros brincos, que mandam para a Espanha, onde são estimados por serem cheirosos” (BRANDÃO, 1956, pp. 33-34).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. L. D. C. *Roteiro Geral Dos Mares, Costas, Ilhas, E Baixos Reconhecidos No Globo: Extrahido Das Descrições, E Diarios Dos Mais Celebres A Acreditados Navegadores, E Hydrografos*. Lisboa: Typografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1846. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?printsec=front-cover&output=reader&id=olgvAAAAYAAJ&pg=GBS.PA34>.
- BAESJOU, R. *Historiae Oculus Geographia. Journal des africanistes*, 75(2), 2005.
- BARATA, M. D. R. T. *Portugal e a Europa na Época Moderna História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* (XXX). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos: 1559-1577 - Provimentos Seculares e Ecclesiasticos* (Documentos Históricos, Vol. XXXVI). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1937.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos: Livro 1º de Regimentos - 1653-1684* (Documentos Históricos, Vol. LXXIX). Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza, 1948.
- BRANDÃO, A. F. *Diálogos das grandezas do Brasil* (C. D. ABREU Ed.). Salvador: Progresso, 1956. Disponível em: <http://www.dominio-publico.gov.br/download/texto/bvoo0025.pdf>.
- CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite. (Original publicado em 1858), 1925. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02119000>.
- CINTRA, J. P. As capitánias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, 23(2), 2015.
- CORTESÃO, A. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (II). Lisboa: Edição da Seara Nova, 1935.
- CORTESÃO, A., & MOTA, A. T. D. *Portugaliae Monumenta Cartographica* (IV). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- DIAS, M. H., & ALEGRIA, M. F. Lisboa na produção cartográfica portuguesa e holandesa dos séculos XVI e XVII: o espaço e o intercâmbio. *Penélope: Fazer e Desfazer a História*(13), 1994.
- GÂNDAMO, P. D. M. *História da Província de Santa Cruz*: NEAD: UNAMA, 1575.
- GÂNDAMO, P. D. M. *Tratado da Terra do Brasil*. Pará: NEAD: UNAMA, 1570. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/livros/pdf/T1.pdf>.
- HESPANHA, A. M. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna *História de Portugal*. Portugal: Instituto Camões, 2001.
- LESTRINGANT, F. *A oficina do cosmógrafo, ou a imagem do mundo no Renascimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- Livro Tombo da Vila de Nova Almeida*. (Biblioteca Digital, Vol.). Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945.
- LOIS, C., & GARCIA, J. C. Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico sul. *Anais do Museu Paulista*, 17(2), 2009.

MAGNOLI, D. O estado em busca do seu Território. *Terra Brasilis [Online]*, 4(5), 2003.

MONTEIRO, N. G. F. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001.

MUNDY, B. E. *The mapping of new Spain: indigenous cartography and the maps of the Relaciones Geograficas*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

OLIVEIRA, F. R. D. A História da Cartografia na obra do 2.º Visconde de Santarém: exposição cartobibliográfica, coord. científica João Carlos Garcia; coord. técnica Maria Joaquina Feijão. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006. *Investigaciones Geográficas. Boletín del Instituto de Geografía de la Universidad Nacional Autónoma de México*, (63), 150-155. 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/569/56906313.pdf>.

OLIVEIRA, J. T. D. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PARKER, G. *The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567–1659: The Logistics of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries' Wars* (2 ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, L. C. M., FOLLADOR, K. J., & QUINTÃO, L. D. C. Território e territorialidade no império das redes: o Espírito Santo nos séculos XVI e XVII. *Dimensões*, 31, 2013.

RODRIGUES, M. J. *Sesmarias no Império atlântico português* (Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades., Vol.). Lisboa: Biblioteca Digital do Instituto Camões, 2008. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/miguel_jasmins_rodrigues.pdf.

SALVADOR, F. V. D. *História do Brasil*. 1627. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cvoo0038.pdf>.

SOUSA, G. S. D. *Tratado Descritivo do Brasil* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. (Original publicado em 1587), 1851. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/meo03015.pdf>.

SOUZA, L. P. D. Vila da Vitória: Posse e Defesa Territorial no Brasil Colônia. *Revista Urbanismo de Origem Portuguesa*, 6, 2006.

Recebido em: 22.11.2016

Aprovado em: 10.01.2017